Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de abril de 2019, com início às 09:00h, realizou-se no Auditório Nantala Badue, da Câmara Municipal, em Bragança Paulista/SP, a 20ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA – biênio 2017/2019, conduzida pelo Presidente Professor Joaquim Gilberto de Oliveira e com a presença dos Conselheiros e demais participantes relacionados na lista anexa. Dando inicio à reunião, o presidente do COMDEMA, Prof. Joaquim Gilberto de Oliveira, deu bom dia a todos e informou as justificativas de ausências de alguns conselheiros. Seguindo o primeiro item da pauta, foi dada a palavra ao Sr. Marcelo, visando à apresentação do crematório de animais de Bragança Paulista. O Sr. Marcelo salienta que quase todas as clinicas veterinárias desconhecem a Legislação e por desconhecimento, acham que os animais estão sendo encaminhados à cremação, mais em nosso Município eles são encaminhados ao autoclave. A Conselheira Cecilia questiona onde o animal fica até a cremação. O sr. Marcelo esclarece que ficam congelados em câmara fria. Que o equipamento de cremação de humanos e de animais é o mesmo, porém o licenciamento que sua empresa tem junto à CETESB é para animais. Salienta que tem planejamento futuro de trazer para Bragança e região um crematório de humanos. Que os animais de grande porte são segmentados para serem cremados. Após esclarecimentos de todos os questionamentos dos presentes na sessão, o Sr. Marcelo finaliza a apresentação convidando a todos para conhecer o crematório. Dando continuidade a pauta, o presidente do COMDEMA convida os representantes da USF para expor apresentação do Plano Diretor. O professor Décio do curso de arquitetura e urbanismo apresenta os professores responsáveis pelos estudos. Explica que a Universidade assinou um termo de cooperação com a prefeitura, visando parceria para prestação de consultoria na elaboração do Plano Diretor. Esclarece que, diante da complexidade do processo e pelo fato das prefeituras não possuírem corpo técnico suficiente para tanto, normalmente as prefeituras contratam escritórios para o apoio no processo. Em Bragança Paulista como um ato inovador a consultoria está sendo realizada por meio da universidade, sendo uma experiência inicial, mas que vai ao encontro com a filosofia da USF, universidade comunitária. Que a USF está recebendo como contrapartida a contratação de 32 estagiários pela prefeitura. Que os professores são coordenadores do grupo de trabalho. Que a metodologia empregada está dividida em algumas fases, sendo elas: 1º fase: levantamento e diagnóstico; levantamento de campo; leitura das legislações, resultando em um volume rico de informações. 2º fase – prioridade e proposta elaboradas por quatro grandes câmaras temáticas. Que foram realizadas oficinas em alguns bairros. Foi diagnosticado que não há uma participação muito ativa da população no planejamento urbano. Que, diante desta constatação, foram organizadas quatro grandes conferencias, que possibilitaram um numero maior de cidadãos. Que a já foi realizada uma conferencia e a próxima etapa será composta por mais 3 audiências públicas e o termo de cooperação se finda em 15 de junho de 2019. Momento no qual será apresentado o produto dos trabalhos. Ressalta a importância da participação de todos nessas 3 audiências. Que nesta primeira fase será apresentado um texto em linguagem popular para que todos compreendam a parte conceitual. Os conselhos terão tempo hábil para analisar os materiais e discutir, participando ativamente, MP, Conselho, Universidade e Prefeitura.

O vereador Marcus Vale fala sobre a importância da conclusão do Plano de Manejo APAs ainda não regulamentadas e do Macrozoneamento como instrumento essencial do plano diretor, com importantes funções: identificação de grandes macro áreas homogêneas, o que causou um estranhamento, pois não dava para classificar o que é urbano e rural. A clareza do perímetro urbano é essencial para parcelamento do solo, onde é possível loteamentos, lotes urbanizados e não, onde pagasse ITR, IPTU, turismo. O Sr. Joao Carlos Leme Ribeiro ressalta que a diminuição das áreas urbanas podem resultar em perdas de verbas federais e estaduais. O Sr. Décio esclarece que existem outros instrumentos eficazes para regularizar os loteamentos irregulares . O Sr. Rogerio ressalta que o valor de iptu de áreas que não tem condições urbanísticas estão sendo tributados de forma igual aos bairros que possuem estrutura necessária. Ressalta a importância que este valor fosse proporcional aos benefícios do bairro. Esclarece que como o código de urbanismo atua no mapa de zoneamento. O plano diretor ideal englobaria código de urbanismo, mas não há tempo hábil. O plano diretor pretende resolver algumas urgências, sendo um passo ao sistema de planejamento do município que está 10 anos atrasado, sendo um inicio de um processo e não o final. Ressalta a necessidade da revisão do código de urbanismo e demais legislações. Salienta que equipes trabalharam trechos do Rio Jaguary e da orla da represa. Que foi ainda identificado as áreas industrializadas como áreas bem localizadas próximas as principais rodovias e eixos. O Sr. Rogerio questiona o custo da implantação de indústrias na beira da Fernão dias. O Sr. Décio explana a importância de convidar a Câmara de Desenvolvimento Econômico para tentar responder isso, mas de fato os levantamentos apontam que 42 milhões de metros quadrados para industrias e somente 2 milhões utilizados. O Vereador Marcus vale salienta que há uma restrição ambiental próximo ao Jaguary. Seguindo a apresentação, o Professor Décio apresenta os mapeamentos dos conjuntos habitacionais e loteamentos fechados, urbanização dispersa da mancha central e concetração dos conjuntos habitacionais na zona norte. A apresentação é finalizada. O Presidente do COMDEMA agradece a apresentação da USF, abre as inscrições para debater alguns assuntos de interesse do COMDEMA. Se inscrevem a participar do debate: Salvador Marcowiz que aduz que está desde 1941 na região do Santa Helena, agradece a oportunidade de se manifestar, diz que nunca viu um plano diretor tão participativo. Após, passa a discutir a problemática da presença de um aeroporto em um local inadequado. Aduz que o aumento do movimento do aeroporto, vem trazendo a diminuição da qualidade de vida, sensação de insegurança dos moradores do entorno. Até 1997 era um aerodromo, em 2010 foi construída pista de taxiamento, causando ruído exacerbado de ruídos. Que os paulistinhas estão sendo recolhidos pela ANAC. Que existem normas da ABNT que deveriam estar sendo observadas. Que teme que o campo de marte seja transferido para cá. Que no local existem hospitais, escolas, idosos que residem no local. Ressalta a importância dos cidadãos analisarem o que é o melhor para cidade. O Santa Helena é uma região de imigração de pássaros que podem ser afetados, além da insegurança, ruídos e demais danos ambientais. Aduz ser momento que se perguntar que tipo de cidade que queremos ser, queremos continuar tendo qualidade de vida? Salienta a importância da reflexão sobre a gravidade do assunto. Que interesses financeiros não podem se sobrepor aos interesses públicos.

Marcus Vale diz que existe uma Ação Civil Pública em andamento movida por duas associações de bairro do Jardim América e Santa Helena, na qual uma série de irregularidades foram apontadas, dentre elas: a falta de regularização ambiental. Informa que o Estado nunca deu uma satisfação a CETESB, Prefeitura, etc. O Vereador Marcus Vale diz, ainda, que o princípio da anterioridade não é absoluto. O Professor Joaquim esclarece que o proprietário da fazenda doou o aeródromo para uns aventureiros, virou uma escola de pilotos, a cidade já estava ali e foi abraçando. A área foi doada para o Estado de São Paulo. Que com a concessão do aeroporto as coisas estão indo de forma rápida. Que a preocupação são as dimensões que o aeroporto estão tomando, isso está gerando riscos. Que o crescimento da cidade se deu dentro da legalidade e o aeroporto cresceu na ilegalidade, sem os devidos licenciamentos. Defende a existência de um aeroporto em Bragança, mas que seja transferido a um local legalizado. O conselho COMDEMA indica que a universidade aprimore os estudos sobre o aeroporto próximo à área densa. Décio esclarece que a postura da USF é total isenção, o produto será 100 % pautado no interesse público e técnico. Que o produto não vai atender a todos, que haverá conflitos, visando o desenvolvimento econômico sustentável. O conselheiro Gerson salienta que o COMDEMA é o único conselho que na história de Bragança usou seu poder deliberativo para forçar a Sabesp a implantar uma estação de tratamento. Ao encontro com os apontamentos do Sr. Salvador, esclarece que temos desde 2013 aviões que fazem propaganda na cidade. Em relação ao plano diretor quer saber se vai ter uma proposta para limitar imóveis verticais em determinados locais sem infraestrutura adequada. Questiona, ainda, as problemáticas de invasão de áreas de preservação ambiental, citando a associação de cavalheiros. Salienta a importância de criação de parques. O Presidente do COMDEMA sugere que na próxima reunião o Secretário Municipal do Meio Ambiente traga um relatório sobre o assunto. Salienta sobre a discrepância entre o que se é pedido a loteamentos horizontais e verticais. O Sr. Rogerio explana sobre a importância de controlar a expansão horizontal para que a cidade não se espraie. Sobre a verticalização, diz ser agora o momento de controlar. Que não é um aspecto negativo, diminui deslocamento, dinamiza a estrutura. Que, no entanto, tem que estar norteado em critérios claros, baseado no suporte da estrutura urbana. Um plano diretor altamente permissivo, nesses últimos dez anos, trouxe diversas consequências, entre elas o nicho do setor imobiliário obtendo lucro desta omissão da lei. Defende mais uma vez que o Código de Urbanismo seja reavaliado e seja inserido nos moldes do novo Plano Diretor ou até mesmo dentro do Plano. O Centro de Bragança atualmente esta sendo descaracterizado. Um dos conflitos é a possibilidade de verticalização do centro. O presidente do Conselho lembra que diversos temas tem que ser discutidos, sugere uma reunião extraordinária para tratar especialmente sobre os temas ambientais do Plano Diretor. A conselheira Bia Maia observa que não foi levantado o plano de gestão de resíduos sólidos, com aumento da coleta seletiva, planos da APA e planos dos parques municipais. Sentiu falta da presença do pessoal da Educação. O Sr. Rogério diz que a educação e saúde já possuem uma estrutura grande, disciplinada por outras leis. O Presidente do COMDEMA agradece a todos e diz que convocará para um próximo encontro para debates sobre o Plano Diretor. Passada a palavra ao Secretario Municipal do Meio Ambiente, o mesmo passa a expor sobre as deliberações que ficaram pendentes na última reunião a respeito do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA. Aduz sobre a necessidade de contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Manejo do Parque Petronilla no valor de R$ 100.000,00, esclarecendo que a legislação prevê a elaboração desses estudos e que também é uma demanda que está correndo perante o Ministério Público; implantação de ecopontos para resíduos da construção civil e resíduos volumosos no valor de R$ 200.000,00, a qual faz parte de um novo Sistema que será criado, visando à redução do descarte irregular em áreas públicas e privadas que foram levantadas pela DIFA – Divisão de Fiscalização Ambiental, esclarecendo que faz parte de um Projeto que Lei que institui o sistema para a gestão sustentável de resíduos da construção civil e resíduos volumosos de acordo com a resolução Conama nº. 307/2002; aquisição de 25.000 exemplares arbóreos até 1 metro e 25.000 mudas em tubetes/ mão de obra de plantio e manutenção no valor de R$ 550.000,00 para serem utilizadas no projeto mata ciliar, em recuperação de nascentes e arborização urbana. Colocada em deliberação, a aplicação do plano de manejo no valor de 100.000,00 (cem mil reais), foi aprovada por unanimidade. Após esclarecimentos acerca da implantação dos ecopontos e explanação dos locais escolhidos o uso dos recursos do FMMA para construção dos ecopontos no valor de R$200.000,00 também foi aprovado por unanimidade. Por fim, passado para discussão sobre a aquisição de 25.000 mudas de 1 metro de altura e 25.000 mudas em tubetes a proposta é aceita por unanimidade. Tendo em vista que a reunião se estendeu do horário, ficou acordado entre os membros que a deliberação sobre os TACs ficaria para próxima reunião. Sem mais, eu, Carolina Mastrorosa Mourão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes na reunião.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_                                    \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Joaquim Gilberto de Oliveira                                Carolina Mastrorosa Mourão Presidente COMDEMA                                                 membro do COMDEMA